



ACÓRDÃO Nº 1058/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11392/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Carauari
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** João Dantas de Brito Neto (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Bruno dos Santos Rego – OAB/AM nº 13.310
- 7- **Unidade Técnica:** Dicami e Dicop
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4588/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Carauari. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da **Câmara Municipal de Carauari**, exercício 2015, de responsabilidade do **Sr. João Dantas de Brito Neto**, com fulcro no art. 22, II, da Lei 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. João Dantas de Brito Neto** no valor de **R\$ 2.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, VII do Regimento Interno do TCE/AM pelo item 6.1 e 62 das restrições da DICOP;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei



ACÓRDÃO Nº 1058/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. João Dantas de Brito Neto, em caso de não recolhimento da multa no prazo estabelecido, ficando a DERED autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Carauari que:

10.4.1. A manutenção dos documentos técnicos de obras/reformas/serviços de Engenharia nos arquivos da CMG para quando da presença da Comissão de Inspeção da DICOP/TCE se possa analisá-los in loco evitando a necessidade de solicitação por notificação;

10.4.2. Observação ao art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/93 para fins de elaboração de Projeto Básico para obras e serviços de Engenharia quanto aos documentos: Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Composição de Custo Unitário, Cronograma Físico-Financeiro, Projeto Arquitetônico (se couber) e/ou Projeto Geométrico (se couber) em parceria com a Prefeitura Municipal e/ou outro órgão técnico na esfera estadual/federal; todos de vida inteira assinados por responsável técnico com o devido registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas – CREA/AM;

10.4.3. Observação quanto à exigência de A notação de Responsabilidade Técnica–ART (art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Lei Federal nº 6.496 de 07/12/1977 c/c o art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Resolução Nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia –CONFEA) por pessoa física e/ou jurídica executoras de obras e/ou serviços de Engenharia.

10.5. Dar ciência desta decisão ao **Sr. João Dantas de Brito Neto**.

10.6. Arquivar os presentes autos, nos termos regimentais, após o registro e adoção das medidas supra.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



ACÓRDÃO Nº 1058/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Data da Sessão: 15 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral